*De Volta à Caserna* 2 [[1]](#footnote-1)

Leonardo Brito (historiador)

Rio de Janeiro – Brasil. 29-set-2019 – Especial para a Lisbon Conference “Living in a World of Nation States”.

Como se já não bastassem as contradições da fragilíssima democracia liberal burguesa vigente no Brasil desde a transição dos governos militares para o poder civil, naquilo que chamamos por aqui de “Nova República”, o processo agudo de militarização do Estado e da sociedade civil brasileira tem caminhado a passos largos. Desde a segunda metade dos anos oitenta do século passado, o ordenamento político erigido no Brasil a partir da Carta Constitucional de 1988, elencou alguns constrangimentos de ordem jurídica para a atuação das Forças Armadas no cenário político do país. Apesar disso, não foram poucas as oportunidades em que os governos eleitos pelo voto popular lançaram mão destas mesmas Forças para atuação na área da segurança pública em estados brasileiros tomados, em boa medida, pelo narcotráfico e pelo conflito baseado no fracassado modelo de “guerra às drogas”, no cerco e intervenção violenta em áreas pobres dos grandes centros urbanos do país. O uso político de forças federais de segurança sempre esteve na alça de mira de todos os governos brasileiros desde a chamada “abertura” política ocorrida na penúltima década do século passado. Episódios como a greve dos trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) em 1988 e sua violentíssima repressão aos siderúrgicos – o chamado *Massacre de Volta Redonda* -, o movimento nacional de paralisação dos funcionários da Petrobrás em 1995 (que possuía como um dos maiores objetivos evitar a privatização da Petrobrás, tentada pelo receituário neoliberal do governo Fernando Henrique Cardoso), e mais recentemente a paralisação dos caminhoneiros ocorrida no país (misto de greve de trabalhadores caminhoneiros autônomos e *lock-out*), alimentada pela perversa política liberal de preços de combustíveis derivados de petróleo vigente no país desde a assunção do governo Michel Temer, foram claramente marcados pelo uso do aparato repressivo do Estado brasileiro.

São exemplos de como a *manu militari* sempre se fez corrente para dirimir conflitos de natureza classista no Brasil. Na presente década, o período que antecedeu os grandes eventos no país (a Copa do Mundo Fifa de Futebol em 2014 e as Olimpíadas de 2016 no Rio de Janeiro) foi marcado por expressivas manifestações populares contra os elevadíssimos custos destes eventos e como especial destaque para o processo de *gentrificação* e elevada especulação imobiliária notória em diversas regiões dos centros urbanos sedes deste eventos esportivos. Em 2014, no intuito de dirimir a possibilidade de manifestações populares (semelhantes as que ocorreram no ano anterior) o governo Dilma Rousseff (Partido dos Trabalhadores) – uma espécie de versão “soft” do modelo neoliberal vigente desde a década anterior – “presenteou” a sociedade civil com a instituição da chamada GLO (Garantia da Lei e da Ordem). Instrumento jurídico e policial previsto a partir de uma interpretação mais alargada da Constituição de 1988, que permitiria na prática a intervenção e militarização de áreas deflagradas de conflito e protestos populares contra quaisquer medidas antipopulares a serem tomadas pelo governo federal. Estava aberta a “caixa de pandora”, que assanharia as casernas brasileiras. As forças militares, em especial as federais (Marinha, Exército, Aeronáutica e a *Força Nacional de Segurança* [[2]](#footnote-2))tiveram as portas abertas e toda a garantia legal para atuarem como poder de polícia, algo que o próprio ordenamento constitucional vigente vedava. Enfim, vale aquela máxima que diz que a democracia liberal é sempre passível de descarte, quando ameaça o controle das frações de classe dominantes. Esta é, sem dúvida, a principal dimensão da dominação autocrática da burguesia brasileira. Insistentemente dependente, colonial, autoritária e caricata. Traços comuns das elites dominantes de países periféricos como o Brasil.

Logo após o golpe de Estado de 2016, que alijou do poder a ex-presidente Dilma Rousseff e pôs fim ao contraditório, contrarreformista e social liberal governo de coalizão encabeçado pelo Partido dos Trabalhadores, os “novos homens de governo” (nem tão novos assim!) - pois a maior parte dos parasitários agentes políticos que sustentavam o governo Rousseff e a abandonaram à própria sorte, à medida que seus índices de impopularidade cresciam e os efeitos da reversão do modelo econômico nos anos Lula e Dilma se tornavam mais evidentes-, continuaram ocupando espaços no aparelho do Estado brasileiro. A ilusão democrática[[3]](#footnote-3) se dissipava. Todos os constrangimentos (se é que existia realmente algum!) da institucionalidade democrática burguesa caíam por terra. Meses após o golpe de Estado, a capital do país, Brasília, seria palco de expressiva manifestação popular, em novembro de 2016[[4]](#footnote-4), contra a aprovação da Proposta de Emenda Constitucional que estabeleceria um teto para os gastos fiscais do Estado. Paroxismo da agenda ultra neoliberal do agora presidente da República Michel Temer (ex-vice presidente eleito e reeleito na chapa de Dilma Rouseff). A burguesia brasileira tem seus truques e bailados. Estabelecia um teto gradual principalmente para os gastos sociais do Estado, fundamentais num país obscenamente desigual com o Brasil. Poucos meses depois, após protestos populares de grande escala (e que contaram até com episódios de ação direta por setores mais radicalizados), em 24 de maio de 2017, o governo Temer instituiria um novo decreto de GLO, permitindo a atuação ostensiva do Exército, em Brasília e em outras cidades do país que registrassem protestos violentos. Diante da péssima repercussão, até mesmo entre os grupos políticos aliados, o governo Temer revogaria o decreto de “Garantia da Lei e Ordem” no dia seguinte.

O flerte com o autoritarismo já estava dado. Construir-se-ia ali uma nova e insensata marcha de volta à caserna. Processo este que se avolumou de forma bastante significativa e que serviu em ambiência propícia para o crescimento eleitoral da extrema direita brasileira, encarnado na figura do atual presidente brasileiro, Jair Messias Bolsonaro. Após chegar à presidência da República através do voto popular, Bolsonaro recebeu um presente do moribundo governo Michel Temer. Este, cadáver insepulto, que meses antes de deixar a presidência da República, foi alvo de indiciamento pela Polícia Federal por envolvimento com grupos empresariais controladores de atividades econômicas no porto de Santos, no estado de São Paulo.[[5]](#footnote-5) O governo brasileiro publicou em dia 15 de setembro de 2018 decreto que parece consistir no embrião de um novo sistema organizado de informações e “controle da ordem pública”, já denominado no país como o primeiro ato institucional[[6]](#footnote-6) do governo Bolsonaro. O decreto presidencial 9527/18 “cria a Força-Tarefa de Inteligência para o enfrentamento ao crime organizado no Brasil”. Tal força tarefa é formada por vários órgãos de repressão, controle policial, de informação e fiscal do Estado brasileiro: Agência Brasileira de Inteligência, Centro de Inteligência da Marinha do Comando da Marinha do Ministério da Defesa, Centro de Inteligência do Exército do Comando do Exército do Ministério da Defesa, Centro de Inteligência da Aeronáutica do Comando da Aeronáutica do Ministério da Defesa, Conselho de Controle de Atividades Financeiras do Ministério da Fazenda, Secretaria da Receita Federal deste mesmo Ministério, Departamento de Polícia Federal do Ministério da Segurança Pública, Departamento de Polícia Rodoviária Federal do Ministério da Segurança Pública, Departamento Penitenciário Nacional do Ministério da Segurança Pública, Secretaria Nacional de Segurança Pública, também deste último Ministério.

Tal medida não tem precedentes na História do Brasil desde a criação do famigerado Sistema Nacional de Informações (SNI), instituído pelos militares e setores empresariais recém-chegados ao poder com o golpe de Estado de abril de 1964. Tal “comunidade de informações” foi, nos anos da ditadura empresarial militar, uma espécie de grande *Hidra de lerna*, figura mítica que se adequa de forma muito precisa para entender o que o SNI representou para todos aqueles que se opuseram – e se opõem- ao regime autoritário de outrem e de hoje. Fato é, que numa interpretação alargada do decreto de 15 de setembro de 2018, qualquer organização que “afronte o Estado brasileiro” (esta é uma transcrição literal de trecho do referido decreto) incluindo nesta percepção organizações de esquerda – e até mesmo sindicatos-, que podem ser compreendidos como constituintes do “crime organizado” em seu papel histórico de enfrentamento às mazelas sociais e ao próprio Estado brasileiro.

Tempos dificílimos se apresentam no contexto atual. O retorno à caserna representado pelo governo Jair Bolsonaro tem colocado restrições graves às esquerdas brasileiras, inclusive àquelas que se acomodaram no aparelho de Estado nos anos Lula e Dilma. A pergunta que se apresenta como urgente para o observador da realidade brasileira é: a ascensão da extrema direita no país é produto das contradições da conciliação de classes dos governos do Partido dos Trabalhadores ou da reação empedernida de segmentos conservadores da sociedade brasileira ao pacto social liberal, ocorrido entre 2003 e 2014, e que esboçou um mínimo de distribuição de renda no maior país da América do Sul?

1. Uma primeira versão deste texto foi originalmente publicada no jornal *Le Monde Libertaire*, da federação anarquista francesa, em outubro de 2018. O autor é Doutor em História pela Universidade Federal Fluminense (Brasil) e Professor e pesquisador do Departamento de História do Colégio Pedro II, Instituição Federal de Educação Básica, Técnica e Tecnológica localizada na cidade do Rio de Janeiro, Brasil. [↑](#footnote-ref-1)
2. Aparato repressivo criado em 2004 pelo governo Lula da Silva (2003-2010) e formado por policiais e bombeiros militares indicados pelas *secretarias estaduais de segurança pública*. [↑](#footnote-ref-2)
3. Tomando de empréstimo o título do ótimo artigo de Michel D. publicado em *Le Monde Libertaire* 1798 de setembro de 2018. [↑](#footnote-ref-3)
4. Importante lembrar que só em 2016 a capital do Brasil foi palco de 151 manifestações, tanto de grupos de esquerda, como de direita e extrema direita. Os dados são do portal metrópoles. Disponível em <https://www.metropoles.com/distrito-federal/o-ano-dos-protestos-2016-teve-151-manifestacoes-na-esplanada>. Acessado em 20 –out-2018. [↑](#footnote-ref-4)
5. Para mais detalhes sobre o escândalo do “decreto dos portos” que muito provavelmente levará Temer à cadeia, ver: [https://www.cartacapital.com.br/politica/a-policia-federal-aperta-o-cerco-a-temer. Acessado em 20- out-2018](https://www.cartacapital.com.br/politica/a-policia-federal-aperta-o-cerco-a-temer.%20Acessado%20em%2020-%20out-2018). Temer foi preso em duas ocasiões no primeiro semestre de 209, justamente em função das investigações que envolviam o recebimento de propina no intitulado “inquérito” do Porto de Santos: [https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47662423. Acessado em 29-set- 2019](https://www.bbc.com/portuguese/brasil-47662423.%20Acessado%20em%2029-set-%202019). [↑](#footnote-ref-5)
6. Aqui uma referência histórica aos atos institucionais, decretos lei que restringiam as mínimas liberdades políticas e aprofundavam a ditadura civil militar estabelecida no Brasil em 01 de abril de 1964. [↑](#footnote-ref-6)